



INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

A CONTRIBUIÇÃO DO PROGRAMA RESIDÊNCIAS DE ESTUDANTES
PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO EM CABO VERDE

Maria de Jesus Borges da Silva

Mestrado em Administração Escolar

Orientadora:

Doutora Filomena Almeida, Professora Auxiliar,
ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Novembro, 2022



SOCIOLOGIA
E POLÍTICAS PÚBLICAS

Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas

A CONTRIBUIÇÃO DO PROGRAMA RESIDÊNCIAS DE ESTUDANTES
PARA O DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO EM CABO VERDE

Maria de Jesus Borges da Silva

Mestrado em Administração Escolar

Orientadora:

Doutora Filomena Almeida, Professora Auxiliar,
ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

Novembro, 2022

Aos meus pais.

Agradecimento

Agradeço primeiramente a Deus, por ter-me iluminado e dado forças para chegar até aqui, superando todas as dificuldades que encontrei no caminho.

Com carinho especial, agradeço à minha família e aos meus amigos o apoio ao longo desta jornada, mesmo ante a minha ausência para dedicar-me à pesquisa.

Aos meus saudosos pais, que, mesmo não estando presentes, foram os meus guias de incentivo, muita luta e perseverança.

Aos meus filhos Alyssa e Fidel, que são o meu maior orgulho e aos quais pude mostrar que é preciso trabalhar muito para conseguir realizar os nossos sonhos.

Ao meu maior entusiasta, o meu marido Carlos Baessa.

Aos meus colegas de curso, que me ajudaram a superar os momentos difíceis e sempre estiveram ao meu lado Alfa Umaru Si, Vanda Leiria, Pascoalina Mendes e Henriques Cabula.

Ao ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa e a todos os docentes, por eu pertencer a este instituto, por todos os ensinamentos, reflexões e trocas, por desenvolver esta pesquisa e por compreender os limites e as lacunas da minha formação.

Aos professores Luís Capucha, Susana Martins e, em especial, a orientadora Filomena de Almeida, pelas contribuições no processo de construção da tese. Aos amigos Carla Esteves, Rui Esteves, Arlindo Costa e Cássio Serafim com os quais partilhei o processo de elaboração deste trabalho, tornando a jornada mais leve.

Aos meus queridos colegas de trabalho na Fundação Cabo-verdiana de Ação Social Escolar, por encorajar-me a perseguir esta formação e facilitar-me o acesso a dados e a outros apoios necessários.

Aos responsáveis pelas Residências de Estudantes de Cabo Verde (RELM, REGDL, RESC, REPN e REMTC), por permitirem a realização da presente investigação e colaborarem com as informações solicitadas.

Aos estudantes, funcionários e diretores, por aceitarem participar no estudo.

Resumo

A dissertação *A contribuição do programa Residências de Estudantes para o desenvolvimento da educação em Cabo Verde* tem como objetivo avaliar o impacto do programa Residências de Estudantes no desenvolvimento da educação cabo-verdiana, dado que as residências se têm mostrado como um recurso do Governo de Cabo Verde para garantir aos estudantes em situação de vulnerabilidade a continuação da trajetória escolar. Residências de Estudantes é um programa de extrema relevância para a garantia de condições igualitárias aos estudantes de ensino secundário e superior, mobilizando recursos para o ingresso e a permanência dos estudantes socialmente desfavorecidos no processo de formação. O programa está inserido em políticas públicas para melhorar o desempenho académico de estudantes no ensino secundário e superior e para combater a evasão escolar.

Palavras-chave: Residências de Estudantes, Desempenho Escolar, Ensino Secundário, Ensino Superior, Educação, Cabo Verde.

Abstract

The research work which is presented here is part of the Master's Degree in School Administration, and is entitled: "The Student Residences, their relevance and contribution to the development of Education in Cape Verde". This research aimed to evaluate the impact of the Student Residences in the context of education as a process of development of the Cape Verdean society, given that the Residences have proven to be a resource, used by the Government, to maintain students in vulnerable situations, i.e., financially disadvantaged and those who are geographically isolated in their educational pathway. The Students' Residence (SR) is a secondary education program of extreme relevance in guaranteeing equal conditions for secondary and higher education students because it plays a fundamental role in mobilizing resources, thus ensuring the permanence and the path of socially disadvantaged students in the training process, considering it as a mobilizing component of education, and thus contributing to the formation of a well-educated society. In Cape Verde, RE is inserted in student support programs, which aim to improve the academic performance of students in secondary and higher education. The use of this powerful tool used by the government in the fight against school dropout guarantees equal opportunities to students in situations of socioeconomic vulnerability.

Keywords: Student Residence, Student Housing, School Performance, education, Secondary and Higher Education, School Dropout.

Índice

Agradecimento	iii
Resumo	v
Abstract	vii
Introdução	1
1. Enquadramento do problema	1
2. Objetivo e âmbito do estudo	2
3. Questões metodológicas e pertinência do estudo	4
4. Estrutura da dissertação	4
Capítulo 1. Revisão da Literatura	7
1. Políticas de educação: conceitos	7
2. Cabo Verde	8
2.1. O papel da educação em Cabo Verde	9
2.2. A busca da educação de qualidade em Cabo Verde	10
2.2.1. História do serviço da ação social escolar em Cabo Verde	15
Capítulo 2. Residências de Estudantes	19
1. Caracterização das residências estudantis de Cabo Verde	19
2. Evolução dos números de alunos residentes nas residências estudantis	19
3. Conceito e enquadramento legislativo	20
4. Como funciona uma residência de estudantes	21
5. Gestão de uma residência de estudantes	21
6. Segurança das residências de estudantes	22
7. Vertente académica, social e cultural	23
8. Residências de estudantes: a importância da sua existência	23
9. Condições de admissão	24
10. Os pontos fortes e os pontos fracos das residências de estudantes	24
Capítulo 3. A importância sentida pelos residentes e diretoras sobre o impacto das residências de estudantes na educação de Cabo Verde	25
1. Técnica de recolha de dados	25

2. Amostra	26
3. Metodologia do Estudo	28
Capítulo 4. A percepção dos estudantes sobre as residências públicas de Cabo Verde: apresentação e análise dos resultados	29
1. Caracterização pessoal dos entrevistados	29
2. Ação Social da FICASE	32
3. Percepção dos elementos da direção das residências de estudantes	33
3.1. Dificuldades da tese	34
3.2. Dificuldades das Residências de Estudantes	35
Conclusões	36
Referências	39
Legislação consultada	41
Fontes informáticas	41

Índice de Quadros

Quadro 1. Estrutura do Sistema Educativo antes e depois da Reforma.	13
Quadro 2. Apoios de Bolsas de Estudos de Cabo Verde 2016-2021.	14
Quadro 3. Dados de alunos do Anuário da Educação 2015-2018.	14
Quadro 4. Beneficiários do Serviço de Ação Social.	17
Quadro 5. Quadro dos Anos Letivos 2015-2021.	26
Quadro 6. Estudantes inquiridos.	30
Quadro 7. Situação Familiar.	30
Quadro 8. Condições de estudo em casa.	30
Quadro 9. Motivos que influenciaram a escolha da Residência de Estudante.	31
Quadro 10. A Residência de Estudante é um fator de sucesso. Porquê?	31
Quadro 11. Atividades/Ações que incentivam o sucesso do aluno na RE.	32

Índice de Figuras

Figura 1. Sistema de Educação Formal de Cabo Verde	12
Figura 2. Organigrama da FICASE.	17

Glossário de Siglas

FAEF	Fundo de Apoio ao Ensino e à Formação
FAEME	Fundo de Apoio à Edição de Manuais Escolares
FICASE	Fundação Cabo-verdiana de Ação Social Escolar
ICASE	Instituto Cabo-verdiano de Ação Social Escolar
INE	Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde
ME	Ministério da Educação
ODS	Objetivo de Desenvolvimento Sustentável
PEE	Plano Estratégico da Educação
RE	Residências de Estudantes
REGDL	Residência de Estudantes Grão-Ducado de Luxemburgo – R. Grande – S. Antão
RELM	Residência de Estudantes Leonel Madeira
REMTC	Residência de Estudantes Madre Teresa de Calcutá
REPN	Residência de Estudantes de Porto Novo
RESC	Residência de Estudantes de Santa Catarina de Santiago
SASE	Serviço de Ação Social Escolar

Introdução

1. Enquadramento do problema

A educação foi sempre uma aposta forte dos políticos cabo-verdianos para projetar o país no mundo. Existe um consenso de que o desenvolvimento de um país está condicionado à qualidade da sua educação. Um ensino de qualidade para todos os membros da sociedade está prescrito na Constituição. Com a expansão dos estabelecimentos de ensino secundário e a abertura das universidades, os jovens cabo-verdianos passaram a ter mais oportunidades de ingresso no ensino secundário e superior.

Entretanto, em Cabo Verde, um dos grandes empecilhos para a continuação dos estudos é de carácter geográfico. A dispersão das ilhas e das instituições de ensino secundário-técnico e superior gera desafios e consequências socioeconómicas. Devido à dispersão das instituições, muitos estudantes são obrigados a dar continuidade aos estudos fora do seu concelho de origem, o que requer o investimento de recursos financeiros que muitas famílias não possuem, além dos efeitos emocionais que a separação da família poderá causar. Fora do seu concelho de origem, os estudantes devem custear o seu alojamento e outros aspetos de sobrevivência. Os poucos recursos de alguns estudantes e das famílias podem impedir o deslocamento desses ou dificultar a sua sobrevivência, a ponto de interromper ou atrasar a sua formação escolar.

Diante dos desafios desencadeados pela mudança do local de origem para outra localidade, distante de familiares e amigos, a intervenção governamental tem sido crucial para aplacar os problemas enfrentados por aqueles que querem prosseguir a sua formação. Neste sentido, Gomes (s/d) lembra que

[a] moradia estudantil é um componente social de fundamental importância na assistência universitária, pois são habitações que geralmente substituem a vida familiar e possuem como objetivo, além de abrigo, finalidades sociais, humanas e de desenvolvimento do meio educacional. (p 9)

O Governo de Cabo Verde implementou o programa Residências de Estudantes, que cria condições de alojamento e incentiva os alunos de baixa renda a ter uma formação nos ensinos secundário e superior, por meio de bolsas integrais e parciais do Serviço de Ação Social. As residências

de estudantes (doravante RE) proporcionam ambientes favoráveis à aprendizagem, à educação e à formação, em prol da igualdade de oportunidades, com o fito de democratizar o acesso à educação e de gerar e promover condições de permanência e êxito dos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconómica nos ensinos secundário e superior. As RE pertencentes à Administração Pública de Cabo Verde atendem ao que está prescrito na Constituição da República de Cabo Verde, art.º 78.º, n.º 3, al. a, pelo que é de a incumbência do Estado garantir o direito à igualdade de oportunidades de acesso e de êxito escolar.

2. Objetivo e âmbito do estudo

A educação tem sido crucial para o desenvolvimento de Cabo Verde, de acordo com as medidas políticas de desenvolvimento desenhadas com vistas às transformações socioeconómicas. Nesta investigação, temos como objetivo principal analisar a contribuição do programa Residências de Estudantes no desempenho escolar dos alunos em situação de vulnerabilidade, a partir das seguintes perguntas de partida: qual é a importância desse programa no desempenho escolar dos estudantes cabo-verdianos em situação de vulnerabilidade? Em que medida as residências de estudantes (doravante RE) influenciam a diminuição das desigualdades na educação e em que medida as residências impulsionam o desenvolvimento da educação em Cabo Verde?

Em 1866, a primeira residência estudantil despontou em Cabo Verde, com a fundação do Seminário-Liceu de S. Nicolau, uma das primeiras instituições educacionais com vistas à formação de jovens no território nacional. Os ingressos permaneciam durante anos na instituição até completar a sua formação tanto no âmbito religioso como em várias áreas da vida civil. O seminário-liceu mantinha uma missão dupla, a saber, formar tanto sacerdotes quanto os quadros profissionais respetivamente para as necessidades religiosas e institucionais da sociedade civil do arquipélago. Grandes nomes do panorama social cabo-verdiano receberam instrução nessa instituição. À guisa de ilustração, podemos citar o escritor Germano Almeida, a ex-ministra Vera Duarte, o escritor Eugénio Tavares, entre outras personalidades das áreas da saúde, da educação e da política (Neves, 2008).

Na década de 1930, surgiu em Cabo Verde o Movimento Claridade, que foi uma corrente intelectual a fim de valorizar e privilegiar a cultura cabo-verdiana, marcando o início do modernismo nacional. As personalidades supracitadas, cientes da precária situação vivenciada pelo povo, lutaram pela emancipação cultural, social e política da sociedade cabo-verdiana. Na década de 1990, as escolas de ensino secundário proliferaram nos concelhos. Com isso, as pessoas que tinham concluído o ensino

básico integrado passaram a ter mais oportunidades de avançar a sua trajetória escolar a nível secundário e universitário.

Entretanto, as circunstâncias socioeconómicas não favoreciam a maioria dos interessados. A distância percorrida da casa à escola, as condições de moradia, os poucos recursos financeiros da família, a dificuldade de aquisição de material escolar, de alimentação e outros aspetos da vida escolar, especificamente, e social, em geral, influenciavam o rendimento escolar. Devido a essas dificuldades socioeconómicas, muitos estudantes recorriam a apoios do Estado através do Instituto Cabo-verdiano de Ação Social Escolar (ICASE) do Ministério da Educação para completar a escolaridade necessária para ingressar no ensino superior.

O programa Residências de Estudantes nasceu de um projeto cofinanciado pelo Governo de Cabo Verde, pela Fundação Calouste Gulbenkian, que se ocupou da edificação, e pela Cooperação Luxemburguesa, que se ocupou da aquisição de equipamentos e mobiliários, da estrutura organizacional e do funcionamento inicial. Dessa parceria foram instaladas RE nos principais centros urbanos do país.

Atualmente existem cinco RE públicas em funcionamento. Em Santo Antão, a Residência Estudantil Ribeira Grande (RERG), inaugurada em 1995 como a residência-piloto do programa, alberga alunos de diferentes zonas de Santo Antão. Em São Vicente, a Residência Estudantil Leonel Madeira (RELM), inaugurada a 2 de janeiro de 1998, acolheu inicialmente 45 estudantes do ensino secundário e ano zero, oriundos de diversas localidades do país, e atualmente é capaz de albergar 90 alunos. Em Santiago, a Residência Estudantil Madre Teresa de Calcutá (REMTC), inaugurada em junho de 1998, abriga alunos dos arredores da cidade da Praia, da Cidade Velha e das ilhas de Maio, Fogo e Brava. A Residência Estudantil Santa Catarina de Santiago (RESCS), criada em 2000, possui a capacidade de receber 112 alunos, sendo 56 rapazes e 56 raparigas em pisos diferentes. Em Santo Antão, a Residência Estudantil Porto Novo (REPN), inaugurada em 2000, mantém como residentes 82 estudantes do concelho de Porto Novo, principalmente aqueles procedentes das zonas distantes do centro urbano.

A princípio, presumimos que as RE proporcionem a quem se ausenta do seio familiar para continuar o seu percurso escolar um ambiente de conforto, partilha e confraternização. As RE são criadas exclusivamente para receber jovens de ambos os sexos e, por isto, dispõem de andares distintos para cada sexo, com igual número de quartos. Essas são estruturas dedicadas à continuação dos estudos e à promoção do desenvolvimento pessoal, académico e social através das interações estabelecidas com os pares e com o espaço construído. Portanto, visto que o nosso problema de pesquisa concerne a políticas públicas de educação, pretendemos identificar como as RE da administração pública contribuem para reduzir as desigualdades no acesso à educação e saber em como a RE influencia o desempenho discente em Cabo Verde.

3. Questões metodológicas e pertinência do estudo

A abordagem a seguir neste estudo concerne aos instrumentos de investigação utilizados para a elaboração cuidadosa de instrumentos de coleta de dados. Assim, para Gunther (2006), as características de uma pesquisa revelam-se consoante o objeto e os objetivos do estudo. O autor entende o ato investigativo “como um ato subjetivo de construção” e, por isto, um trabalho incessante na busca do melhor. Independentemente do pesquisador, das suas perspectivas, é um trabalho ininterrupto.

Nesta pesquisa, o estudo é relativo às RE públicas, para que possamos analisar a evolução da atuação das mesmas, a importância para o desenvolvimento da educação. Estudar este tema torna-se pertinente à medida que dispomos das melhores condições de estudos, de formação moral e cultural para uma melhor integração pessoal e social, e as melhores condições de segurança e conforto que uma instituição deste cariz possa criar. Neste quadro, o investimento no capital humano cria condições para a aquisição de conhecimento através da sua formação intelectual e profissional. A abordagem referida no trabalho de pesquisa é de carácter qualitativa, ou seja, é um tipo de pesquisa que procura abrir novas perspectivas de observação. Esta abordagem utiliza entrevistas, questionários, análise documental, contemplando a leitura de relatórios anuais e outros dados, a fim de serem devidamente interpretados.

4. Estrutura da dissertação

O acentuar da situação económica e também o aumento da mobilidade de estudantes, a nível interno, tem feito disparar os pedidos de alojamento para as RE, não conseguindo dar resposta a todos os pedidos, uma vez que existe um número crescente de jovens com aspirações de um futuro melhor. Como forma de melhorar este serviço, surgiu a oportunidade de fazer um estudo para verificar a magnitude da RE para o desenvolvimento da educação e o impacto na vida dos mesmos. Como principal propósito é a integração dos estudantes na RE, sendo imperativo falar da qualidade/melhoria de vida associada a esses espaços.

Esta dissertação está organizada em quatro capítulos, finalizando com a discussão de resultados e as conclusões finais.

Primeiro capítulo: visa contextualizar e apresentar o trabalho de investigação desenvolvido. Esta parte inclui o enquadramento teórico, apresentando os objetivos, o problema da pesquisa e a

justificação do trabalho de investigação, referindo sua importância, mencionando os principais fatores que conduziram à sua realização e incluindo a descrição da estrutura do estudo.

Segundo capítulo: recai a abordagem da literatura utilizada no estudo, contextualização do país em questão e mencionando os conceitos da política de educação, realçar o papel da Educação em Cabo Verde e também mostrar o sistema Educativo, assim como a história da Ação Social.

Terceiro capítulo: visa abordar a Residência de Estudantes, o conceito e o enquadramento legislativo, o seu funcionamento e a sua importância na educação. Breve Caracterização das Residências de Estudantes quanto à sua história, o seu enquadramento legal, e respetivas políticas

Quarto capítulo: incide sobre o trabalho empírico. Inclui um subcapítulo dedicado às questões metodológicas inerentes ao estudo de caso a realizar e o modelo de análise que é seguido na abordagem à problemática. De seguida, é abordada a questão central da investigação, dando resposta às questões colocadas inicialmente neste estudo.

Por último, apresenta-se a discussão de resultados e as considerações finais, sugestões e pistas para futuras investigações.

CAPÍTULO 1

Revisão da Literatura

1. Políticas de educação: conceitos

Conforme o objetivo de desenvolvimento sustentável 4 (ODS 4), é necessário garantir que todos os jovens concluam a educação básica e, neste sentido, todo o processo de educação formal deve primar pelo desenvolvimento das potencialidades dos indivíduos, desde a primeira infância até à formação técnica e superior (INE, 2019, p. 59).

O Decreto-legislativo n.º 2/2010 refere que o Estado cria dispositivos de acesso e de frequência dos diversos graus de ensino em função dos meios disponíveis. A igualdade de oportunidades é o nível mais básico de igualdade dentro do sistema educativo ao garantir que todos os estudantes têm direito à educação, pelo menos até ao final da educação obrigatória. Os sistemas de educação baseados neste princípio democrático - da igualdade de oportunidades - devem proporcionar a todos os alunos os mesmos direitos de acesso a um ensino laico, gratuito e de qualidade, independentemente do seu estatuto socioeconómico, características físicas, raça, etnia e religião do aluno, entre outras circunstâncias. Este direito fundamental surge numa série de instrumentos jurídicos internacionais, incluindo a Declaração Universal dos Direitos Humanos (artigo 26) e a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Crianças (artigo 28).

De forma constante, têm-se feito reformas com regularidade com vista a melhorar o funcionamento do sistema de educação e formação e apostado na qualidade dos serviços educativos prestados. “Globalmente, as reformas deram bons resultados, uma vez que há cerca de dez anos que a comunidade internacional identificou o país como tendo praticamente atingido o Objetivo do Desenvolvimento do Milénio referente ao ensino básico universal (6 anos).” Carta de Políticas Educativas (2015-2025)

Existe a necessidade de se adequar a realidade do país e perante os avanços e recuos a nível da educação, projetou-se a estruturação das orientações da política educativa, para os próximos dez anos é, por um lado, procurar responder às deficiências identificadas e, por outro, prever progressos no plano quantitativo e qualitativo dos objetivos económicos do país.

A Carta de Política Educativa de Cabo Verde para o período 2015-2025 refere que “O país decidiu inscrever a sua política educativa num horizonte decenal, definindo a visão no horizonte 2025”.

Nesta Carta, a apresentação da política educativa escolhida pelo Governo está articulada em três etapas complementares. A primeira define as principais orientações que mostram as direções que o país pretende seguir para estimular a produção de capital humano de qualidade necessária para o crescimento e o emprego. A segunda etapa projeta-se num quadro de sustentabilidade financeira a médio prazo. A terceira etapa definirá as ações que serão priorizadas e implementadas nos primeiros três anos do plano, através de um documento específico que detalhará ações identificando claramente as despesas envolvidas e assegurando que sejam tidas em conta na preparação do orçamento nacional.

Assim, com a nova política educativa pretende-se obter um padrão dos alunos no sistema com mais qualificação e esta melhoria da qualidade advém da melhoria dos serviços de educação e formação oferecidos aos jovens do país, a todos os níveis, sendo considerada como um desafio importante da nova política educativa do país para os próximos anos.

2. Cabo Verde

Cabo Verde é um país insular localizado num arquipélago formado por dez ilhas vulcânicas na região central do Oceano Atlântico. O arquipélago é composto por dez ilhas e oito ilhéus que se distribuem em dois grupos: grupo de Barlavento – S. Antão, S. Vicente, Sta. Luzia (desabitada), S. Nicolau, Sal e Boavista – e grupo de Sotavento – Maio, Santiago, Fogo e Brava. A cerca de 570 quilómetros da costa da África Ocidental, as ilhas cobrem uma área total de pouco mais de 4 033 km quadrados (Ferreira, 1997).

Cabo Verde caracteriza-se com uma população de 543.492 habitantes, considerado 273.546 (50,3%) do sexo masculino e 269.946 (49,6%) do sexo feminino, perfazendo a classificação de população bastante jovem, com intervalos de idades dos 15-24 anos com 18,2%, na faixa etária de 25-34 anos com 19,6% e na faixa etária de 35-64 anos com 29,7% e a idade média é de 29,8 anos (INE, 2018).

A distribuição espacial da população é considerada desequilibrada, uma vez que mais de metade da população reside, atualmente, na ilha de Santiago, na Capital, Praia e nas ilhas de S. Vicente, Boavista. Esse desequilíbrio espacial é o resultado da forte migração interna que caracteriza o país, com os centros urbanos como principais polos de atração, nomeadamente, as cidades da Praia e do Mindelo, e a ilha do Sal, cuja população quase duplicou em 10 anos. Disso resulta um processo de urbanização, cada vez mais acentuado, com todas as suas implicações, em termos de habitação, de saneamento, de acesso à água potável e a outros serviços sociais básicos.

2.1. O papel da Educação em Cabo Verde

Segundo Rodrigues (2019), “O período da descoberta em 1460, até aproximadamente ao final do século XIX, o investimento da metrópole na educação, em Cabo Verde, não foi importante”. Na perspectiva do colonizador, a existência de uma população escolarizada ou letrada que permitisse reivindicar melhores condições de vida ou mais autonomia, fez com que o colonizador não elegesse a educação como sendo uma das suas prioridades. Essa não priorização fez com que a maior parte da população originária não tivesse qualquer contacto com o ensino e quando esse contacto acontecia, cabia à escola a função de gerar um número restrito de pessoas instruídas, capaz de assumir funções auxiliares no quadro do sistema colonial.

Em 1975, Cabo Verde acedeu à independência e, entre muitas adversidades, assumiu a Educação como aposta estratégica e decisiva, uma vez que constitui a prioridade face à população que era, na sua maioria, analfabeta. O Estado sem muitos recursos projetou o setor da Educação como a base da construção do País. O enaltecimento do fator humano enquanto sua principal riqueza fez com que a educação fosse considerada a chave do desenvolvimento e esta aposta vem comprovando o quanto levou a que este país tivesse um lugar bastante confortável no seu desenvolvimento.

A educação foi e continua a ser, cada vez mais, um fator de prosperidade para Cabo Verde, tendo sido aposta dos diferentes Governos, nos recursos humanos. Por essa razão, os poderes públicos têm dispensado, atenção, a este domínio, ao longo dos tempos.

As reformas educativas aconteceram na década de 90 com a implementação da Democracia. Nos anos 1994/95 é implementada no sistema educativo uma importante reforma educativa que se baseia na promoção do ensino de qualidade e em gerar competências, enaltecendo, assim, o direito à educação, tal como referido na Declaração de Jomtien¹ (1990): “Todo o cidadão tem o direito e o dever da educação.” A Declaração de Jomtien foi bastante importante, uma vez que realça a importância da educação básica, como um direito do homem, ressaltando que deveria ser aplicada de forma gratuita, permitindo o seu acesso a todos os cidadãos. A educação é determinante na dinâmica de crescimento económico e no desenvolvimento de qualquer país (Rodrigues, 2019). Com o desenvolvimento do país, tendo em conta a expansão da educação, o jovem das classes mais baixas passou a ter maior acesso ao ensino secundário e à universidade, o que gerou demandas por ações específicas para atendimento desse público, isto é, a procura de serviços de ação social que os possa ajudar a ter acesso aos apoios

¹ Conferência Mundial sobre Educação para Todos, reunidos em Jomtien, Tailândia, de 5 a 9 de março de 1990, sob o lema “a educação é um direito fundamental de todos, mulheres e homens, de todas as idades, no mundo inteiro”.

sociais para sua formação académica. As políticas de educação adotadas pelo governo fizeram com que muitos jovens saíssem de suas cidades para as capitais buscando instrução e na busca da prosperidade social, económica e cultural. Nesse sentido, é fundamental pensar em estratégias para uma efetiva democratização da educação, que inclua ampliação do acesso e fortalecimento do ensino público, além de políticas que possibilitem a permanência dos estudantes no sistema educacional.

Atualmente, Cabo Verde é um país com um forte investimento no capital humano, tornando-o prioritário. Este investimento é considerado como necessário para a progressão do país, uma vez que com a escassez de chuvas, secas prolongadas e poucas terras aráveis para a prática da agricultura que importantes para o desenvolvimento económico, faz com que este tenha uma economia subdesenvolvida e bastante dependente da ajuda externa.

A educação sempre foi um pilar importante para o crescimento e a sustentabilidade da economia de Cabo Verde. Os sucessivos governos desde a independência não pouparam esforços para que o país possa, atualmente, ostentar uma notável reputação. (Rodrigues, 2019)

A área da educação foi considerada o melhor caminho para a prosperidade do país, procurando alcançar os melhores resultados no acesso à educação e na redução das taxas de repetência e aproximando de níveis de outros países mais desenvolvidos. Assim, com o crescimento populacional, Cabo Verde investiu no desenvolvimento dos recursos humanos, apostando na educação.

O Governo de Cabo Verde aposta no Plano Estratégico da Educação (doravante PEE), que constitui um compromisso para o desenvolvimento do sector educativo nacional através de medidas de política, as instituições do programa de Governo da IX Legislatura (2016-2021). No seu programa, concernente à IX legislatura 2016-2021, o Governo ressalta que “considera o desenvolvimento social um elemento incontornável na estratégia do processo de desenvolvimento do país e coloca, como sua primeira prioridade, o combate às desigualdades sociais reinantes no país.” O PEE é um instrumento para guiar todas as intervenções no sector, internas e externas, e pode ser usado na busca de financiamento adicional. Este documento deve seguir alguns padrões acordados para motivar e justificar investimentos internos e externos e assim seguir dentro das normas indicadas inicialmente.

2.2. A busca da Educação de Qualidade em Cabo Verde

Cabo Verde tem favorecido desde sempre a educação e a formação, implementando reformas bem-sucedidas no sentido de melhorar progressivamente o funcionamento do sistema de ensino e a qualidade dos serviços prestados as crianças, jovens e adultos. A busca de uma educação de qualidade e que seja acessível a todos é um passo para uma sociedade mais equilibrada e eleva o país para um outro patamar, ter como lema do governo na procura de melhores soluções para o país. De acordo com o plano estratégico 2017-2021, enquadra-se nos ODS-2023, em particular do objetivo 4 que visa assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos e todas.

O país apresenta desenvolvimentos interessantes a nível da educação, fazendo com que as organizações internacionais reconheçam os resultados apresentados ao longo dos tempos, indicando a educação como um pilar importante para o crescimento e a sustentabilidade da economia de Cabo Verde. Os sucessivos governos desde a independência apostaram sempre neste setor, sendo apresentado como um caso de sucesso tendo cumprido os “Objetivos do Milénio” para a área da educação. Torna ainda mais significativo pensar na RE como estratégia de redução das desigualdades, pois é preciso garantir não só que os alunos passem de ano, mas que obtenham conhecimento necessário para que possam prosseguir nos estudos e depois na vida profissional.

Conforme referido no Plano Estratégico 2017-2021,

O sistema de educação formal de Cabo Verde segue uma estrutura 8-4-5, ou seja, inclui oito anos de educação básica universal, obrigatória e gratuita (2 “ciclos” de 4 anos cada), que começa oficialmente aos 6 anos de idade, cobrindo as faixas de 1 a 8 anos. A educação básica é seguida por quatro anos de ensino médio, tanto na via geral quanto na técnica e cinco anos de ensino superior.

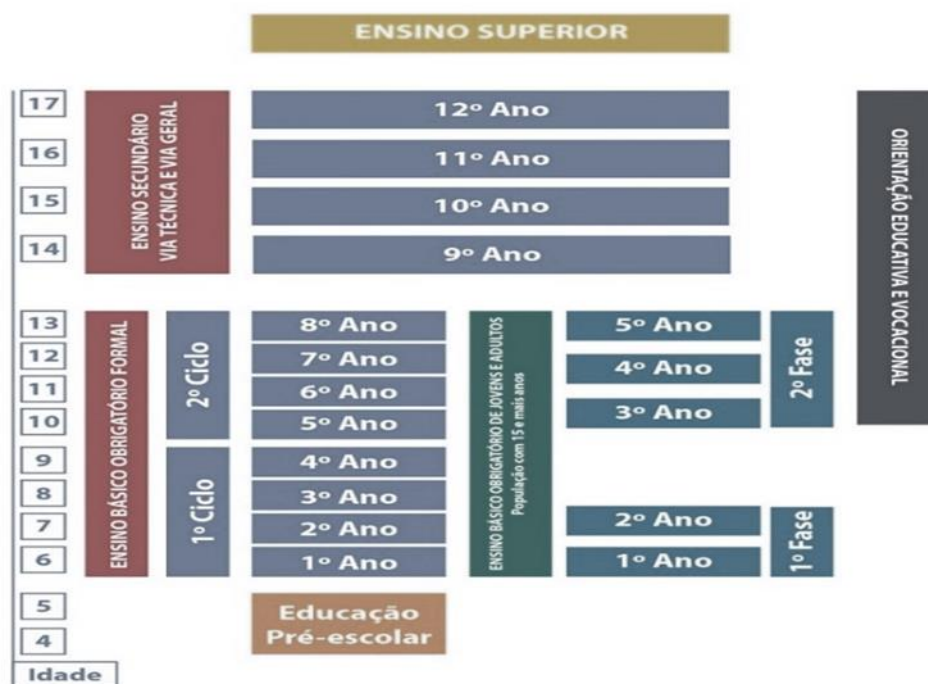
A coordenação e supervisão da política educativa e do funcionamento do respetivo sistema são da competência dos departamentos governamentais responsáveis pelas áreas da Educação e do Ensino Superior (Decreto-Lei 2/2010).

O ME investe na melhoria e na qualidade do ensino e a sua adaptação às necessidades de desenvolvimento do país, estruturando-a em três subsistemas: a educação pré-escolar, a educação escolar e a educação extraescolar, que compõe o ensino básico, secundário, médio e superior.

A educação pré-escolar não é obrigatória, mas é importante para as crianças de 5 anos, visando melhorar e preparar para o acesso à educação básica. É da responsabilidade dos municípios, instituições oficiais e entidades privadas, sob a supervisão do Ministério da Educação.

A universalização da escolaridade básica foi uma importante conquista do povo cabo-verdiano que fez aumentar a percentagem de professores qualificados e aumento de número de alunos neste nível de ensino. Com esta categoria já bem assente, implementou-se o alargamento de escolaridade gratuita e obrigatória para 8º ano (6 anos de EBI e 2 anos do ensino secundário).

Figura 1. Sistema de Educação Formal de Cabo Verde.



Fonte: Plano Estratégico 2017-2021.

O Ensino Secundário é composto por duas vias, a geral e a técnica, composto por um único ciclo de quatro anos distribuídos por dois ciclos (uma via de especialização técnica e via geral) de dois anos cada. Com a igualdade de oportunidade da educação, surgiu a necessidade de expandir o número de estabelecimentos de ensino em todos os concelhos do país. Segundo o Anuário da Educação 2018/2019, o ano letivo 2018/19 manteve 129 460 estudantes efetivos, ministrada por 7 663 docentes em 1026 estabelecimentos, 3736 salas de aula e 6268 turmas dos três subsistemas do ensino público (pré-escolar, básico e secundário), incluindo os privados do ensino pré-escolar e básico.

A redução das desigualdades no acesso ao ensino, a diminuição das assimetrias regionais e a recuperação da qualidade de ensino, são os planos da educação que enfatizam o acesso à educação, à qualidade e à eficiência. O governo tem como meta cumprir “Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), assegurando que “todas as meninas e meninos completem educação primária e secundária livre, equitativa e de qualidade”, garantindo o acesso equitativo, universal e obrigatório

com qualidade até ao 8º ano para as meninas e rapazes. O ensino secundário visa a preparação dos alunos a prosseguir os estudos nos níveis médios e superior. A vertente técnica é outro fator impulsionador que permite a articulação entre o ensino técnico e profissional, aperfeiçoando a capacitação profissional, através da qualificação dos jovens para entrada no mercado de trabalho.

Quadro 1. Estrutura do Sistema Educativo antes e depois da Reforma.

Estrutura Pré-reforma (baseada no Sistema de 1990)	Estrutura Pós-Reforma (2017/18) Educação Básica
<ul style="list-style-type: none"> • Educação básica universal e obrigatória de 6 anos • Educação Básica é de 6 anos, organizada em 3 ciclos (2 anos/ciclo) 	<ul style="list-style-type: none"> • Educação Básica é universal, obrigatória e gratuita até 8 ano para crianças, jovens e adultos • Educação Básica de 8 anos, organizada em 2 ciclos (4 anos/ciclo) Ensino Secundário
Ensino Secundário	
<ul style="list-style-type: none"> • Ensino secundário de 6 anos, organizado em 3 ciclos 2 não/ciclo O 3 ciclo oferece (11º e 12º) oferecem via técnica e geral 	<ul style="list-style-type: none"> • O ensino secundário é composto por 4 anos e oferece a via geral e técnica
TVET	
<ul style="list-style-type: none"> • Formação profissional é oferecida paralelamente ao ensino secundário 	<ul style="list-style-type: none"> • A formação profissional já não está sob o Ministério da Educação e sim com o Ministério das Finanças.

Fonte: Plano Estratégico 2017-2021.

Segundo o Ministério da Educação (2018),

Em 2017, houve o alargamento da escolaridade obrigatória para 8º ano e iniciou-se a isenção das propinas. A gratuidade no ensino será feita de forma gradual. Ano letivo 2017/2018 para os alunos do 7º ano, 2018/2019 para os alunos do 8º ano; 2019/2020 para os alunos do 9º e 10º anos e 2020/2021 para os alunos de 11º e 12º anos de escolaridade.

Cabo Verde tem adotado políticas de valorização dos recursos humanos, principalmente, direcionadas para os jovens. A qualificação das pessoas é determinante para estimular e desenvolver a economia, tornando o país sustentável. Rodrigues (2019) ressalva este facto, mencionado que, “[a]tualmente, Cabo Verde ostenta uma notável reputação de caso de sucesso na África subsaariana em relação aos indicadores da educação” (p. 37). É um orgulho para todos os cabo-verdianos ser um caso de bom exemplo como bons indicadores a nível de educação e noutras áreas.

O Ensino Superior é mais recente no panorama da educação, mas tem tido o seu sucesso, com abertura de muitas universidades e novas áreas de formação. A opção superior permite o aumento de formações de quadros no país e a subsequente diminuição das formações no exterior. Com bons investimentos na formação superior em Cabo Verde, é considerada uma abertura que era limitante ao

estudante das zonas rurais e as classes sociais com menos recursos que pode fazer a sua formação gastando muito menos e estando dentro do seu próprio país.

De forma a promover a igualdade e equidade no acesso ao Ensino Superior e, deste modo, melhorar os níveis de frequência e de conclusão de cursos, o Governo tem atribuído bolsas de estudo de ação social aos estudantes, com maiores carências socioeconómicas, através da Fundação Cabo-verdiana de Ação Social Escolar FICASE. (Ramos, 2017)

Quadro 2. Apoios de Bolsas de Estudos de Cabo Verde 2016-2021.

BOLSAS DE ESTUDO FINANCIADO PELO GOVERNO DE CABO VERDE 2016-2021					
Ano letivo	2016-2017	2017-2018	2018-2019	2019-2020	2020-2021
Bolsa Nacional	496	462	855	1042	1200
Bolsa Internacional	135	115	193	184	166
TOTAL	631	577	1048	1226	1366
TOTAL DE ESTUDANTES BENEFICIADOS					4848

Fonte: Ministério da Educação.

Quadro 3. Dados de alunos do Anuário da Educação 2015-2018.

	2015/2016	2016/2017	2017/2018*
Alunos Matriculados	56402	55280	31707
Alunos Reprovados	10741	10983	6280

Fonte: Anuário da Educação 2015-2018.

Em Cabo Verde, o investimento da formação superior permite o acréscimo da formação de quadros no país, e os números assim o confirmam. O ensino superior surge como uma opção estratégica de crescimento progressivo da oferta nacional e consequente redução da procura de cursos no exterior que, até há bem pouco tempo, se apresentava como única alternativa para os estudantes cabo-verdianos terem um ensino competitivo e de qualidade, para a redução da pobreza e para a produção de conhecimentos de suporte ao desenvolvimento sustentado do país. No ano 2015/16 e 2016/17, o ensino secundário englobava do 7º ano ao 12º ano de escolaridade. Por esse motivo, o valor é superior ao do ano letivo 2017/18, em que o ensino secundário passou a ser a partir do 9º ano de escolaridade (Quadro 3).

Entretanto, o abandono ou evasão escolar tem sido uma das maiores preocupações das escolas do país e do próprio ME. É um fenómeno que tende a aumentar cada vez mais e com maior incidência no ensino secundário. Muitos estudantes abandonam a escola por não terem recursos (materiais e

económicos) para continuarem os estudos. O acesso a educação é limitante principalmente para o estudante que vive nas zonas mais encravadas da ilha, de classe social baixo e juntando a isso tem a desigualdade da sua região de procedência vai ser sempre uma forma que leva ao abandono escolar.

O abandono escolar não tem reflexos imediatos, pois resulta de um longo processo de pressões, desajustes, insucessos, desinteresses, sendo que o principal motivo para o regresso à escola dos jovens que abandonam o sistema, a procura de um emprego melhor através da certificação escolar, pois existe uma necessidade grande destes abandonarem a escola e envergarem pelo mundo do trabalho, como forma de ajudar a família nas despesas da casa e na criação dos outros irmãos mais novos. A abordagem dessa problemática é vista numa ótica de prevenção e combate do processo e de redução da taxa de abandono escolar precoce através das políticas educativas criadas para facilitar e promover tal redução, criando formas de acesso e condições para manter os jovens alunos na escola, havendo um esforço no sentido de diminuir a taxa de abandono escolar.

Este tema tem vindo a ocupar um papel muito importante nas investigações levadas a cabo por profissionais de áreas da educação, do próprio Governo. Assim, torna-se muito importante promover e incentivar a acessibilidade, de modo que os benefícios possam ser alcançáveis por todos e, segundo o primeiro-ministro, no discurso no Banco Mundial de Cabo Verde, “a transformação dos países faz-se sobretudo com pessoas qualificadas e com condições de desenvolver todo o seu potencial”. Cabo Verde tem adotado uma política de valorização progressiva dos recursos humanos provenientes de uma população essencialmente jovem e dinâmica, alegando combater nas mais diversas frentes o abandono escolar, adotando medidas que façam com que os recursos humanos sejam mais bem capacitados para sua entrada no mercado de trabalho.

A partir de 2001, as autoridades políticas cabo-verdianas promoveram algumas alterações nas políticas educativas, particularmente na vertente do ensino técnico, adotando uma estratégia global de desenvolvimento sustentado do país (Pina, 2009). A valorização do ensino secundário técnico profissional é compreender a importância da formação profissional na criação do autoemprego, particularmente, em Cabo Verde. A criação do próprio emprego é um passo cada vez mais urgente e necessário para lutar contra o flagelo do desemprego que assola todos os países, tanto desenvolvidos, como em desenvolvimento. O autoemprego é visto como resultado do empreendedorismo no combate ao desemprego jovem. Muitos jovens alunos da área técnico-profissional têm prioridade na entrada nas RE, uma vez que estas foram criadas mais direcionadas para o ensino técnico.

2.2.1. História do Serviço da Ação Social Escolar em Cabo Verde

De acordo com o prescrito no Decreto-lei n.º 139/83, conhecido como a Lei da Criação do Instituto Cabo-verdiano de Ação Social Escolar, no seu art.º 10.º, al. 1, “[a] ação social escolar traduz-se quer no apoio aos estudantes mais desfavorecidos quer na prestação de serviço aos estudantes em geral”.

O Serviço da Ação Social Escolar (SASE) é uma medida de apoio que visa compartilhar nas despesas escolares de alunos pertencentes a famílias com mais baixos recursos. Os objetivos deste serviço é combater a exclusão social e o abandono escolar, também se pretende promover a igualdade de oportunidades no acesso ao ensino. Para o efeito, este programa inclui medidas que passam pela comparticipação económica destinada, nomeadamente, saúde e cantinas escolares, materiais didáticos, transporte e propinas, financiamento de formação pós-secundária e profissional e edição de manuais escolares.

O programa assume uma particular importância e constitui uma ferramenta essencial na construção de políticas que favoreçam a equidade educativa. Engloba, por isso, um conjunto diverso de modalidades de apoio que combatem a exclusão social e promovem a igualdade de oportunidades das crianças e jovens deste pequeno país.

Em Cabo Verde, a ação social iniciou-se nos finais de 1979, com o projeto piloto de Alimentação Escolar, na pequena ilha de S. Nicolau, que foi bem-sucedida ao conseguir atribuir uma refeição quente aos alunos que faziam longos percursos da casa à escola. Esse entusiasmo, ao constatar que esse plano se podia alargar a todas as ilhas de Cabo Verde, na expectativa de abarcar maior número de alunos com baixos recursos, foi o ponto de partida para ação social em si.

A FICASE resulta da união de três entidades que existiam em Cabo Verde e que partilhavam naturezas e âmbitos semelhantes: o Instituto Cabo-verdiano de Ação Social Escolar (ICASE), o Fundo de Apoio ao Ensino e à Formação (FAEF) e o Fundo de Apoio à Edição de Manuais Escolares (FAEME).

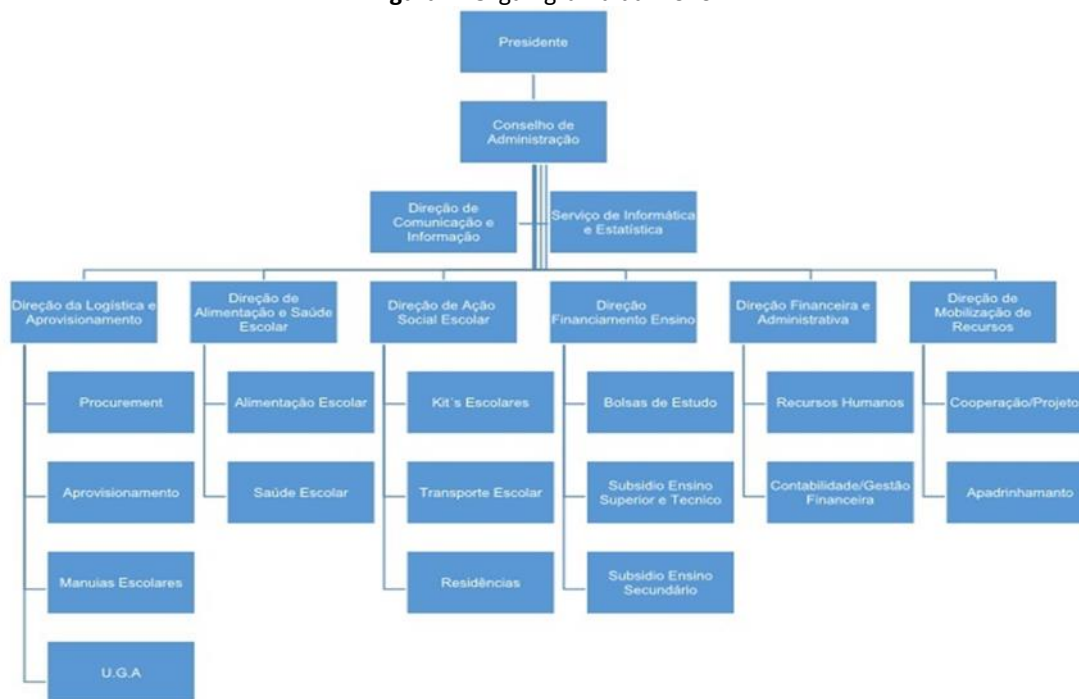
A FICASE é uma instituição pública incumbida de promover a ação social para a melhoria da educação, em vários âmbitos. Como referido no art.º 2.º, a sua principal finalidade é “criar condições que favoreçam o efetivo cumprimento da escolaridade obrigatória, bem como apoiar aos estudantes que, manifestando interesse e capacidade intelectual, desejam prosseguir os seus estudos” (B.O 1983).

A SASE funciona como um parceiro estratégico capaz de influenciar a igualdade de oportunidade no acesso e frequência dos estudantes oriundos de agregados familiares com níveis de rendimento mais baixos. As dificuldades financeiras que Cabo Verde tem passado, influenciaram significativamente a capacidade de as famílias suportarem os encargos financeiros associados a prosseguimento de estudos de muitos jovens, pelo que a Ação Social constitui uma ferramenta fundamental de política

social, capaz de promover a igualdade de oportunidades e a equidade social, permitindo o acesso e frequência deste nível de ensino a um conjunto de jovens estudantes economicamente carenciados.

“Cabo Verde tem uma longa tradição na conceção e implementação de políticas de redução de pobreza. Os esforços para diminuir a incidência da pobreza e a desigualdade têm-se traduzido em ações políticas concretas e crescentes dotações orçamentais” (OIT, 2012). Este país tem recorrido a várias ações políticas que ajudam na redução da pobreza e a nível da educação tem planos, como o Plano Nacional de Segurança Alimentar (2003-2015) e o Plano Estratégico de Educação (2002-2012), onde são desenvolvidas atividades periódicas de acompanhamento e avaliação para registar o progresso e efeitos finais das diferentes estratégias. Considerando o alto nível de pobreza em Cabo Verde, existe uma grande necessidade de se recorrer ao Serviço de Ação Social da FICASE, com o intuito de possibilitar às crianças e jovens, um futuro melhor. Milhares de jovens candidatam-se, todos os anos, para obterem os apoios dos Serviços de Ação Social da FICASE. A SASE gere um conjunto de nove programas chave como: Transporte Escolar, Propina, Apadrinhamento, Manuais Escolares, Residências de Estudantes, Bolsas de Estudos, Apoio Pontual, Kits Escolares, Alimentação e Saúde Escolar.

Figura 2. Organigrama da FICASE.



Fonte: Site da FICASE.

Quadro 4. Beneficiários do Serviço de Ação Social.

Beneficiários de Ação Social 2015 a 2018					
Ano Letivo	Propina	Kits Escolares	Saúde Escolar	Transportes	Residência
2015/2016	5676	27520	0	3544	429
2016/2017	5638	15823	29494	4361	418
2017/2018	3591	30358	29090	2781	406

Fonte: Anuários Ministério Educação.

De acordo com o Quadro 4, notamos que, consoante a execução do orçamento, o número de beneficiários tem vindo a diminuir em todos os programas consoantes nas receitas do ME, em comparação com as despesas mensais e anuais da gestão das RE e de outros programas.

CAPÍTULO 2

Residências de Estudantes

1. Caracterização das Residências de Estudantes de Cabo Verde

As RE são instituições de caris social e estão sob a tutela da Fundação Cabo-verdiana de Ação Social Escolar (FICASE), uma instituição consolidada e de referência, capaz de garantir a sustentabilidade dos seus programas e o alargamento do seu campo de atuação. A missão da FICASE é “promover a igualdade de oportunidades à comunidade educativa, desenvolvendo um conjunto de ações que garantam o sucesso e a qualidade do ensino e de aprendizagem” (FICASE, 2021). Para realizar tal objetivo, implementam-se condições de acesso à educação e de permanência nos estabelecimentos de ensino, especialmente pensando nos estudantes cujas famílias com mais dificuldades socioeconómicas no ensino.

Em 1998, a FICASE surgiu no concelho de Ribeira Grande, na ilha de S. Antão, a primeira instalação de alojamento para alunos de diferentes concelhos, dando prioridade aos alunos da via técnica e área das ciências e tecnologias do ensino secundário e a outros que se encontram nas zonas mais distantes da ilha. Desde então, tem acolhido prioritariamente órfãos e estudantes economicamente desfavorecidos que pretendam continuar os estudos, promovendo a igualdade de oportunidade de acesso à educação.

A necessidade da criação das residências de estudantes surgiu como uma das formas de acesso na medida em que devido a falta de segurança no transporte escolar público ou por custos elevados do transporte para as famílias; em outros, pelas distantes localizações em que as escolas se encontram, longas distâncias que as crianças e jovens percorrem, o pouco tempo que sobra para estudarem e terem bom desenvolvimento escolar.

2. Evolução dos números de alunos residentes nas Residências de Estudantes

A procura por alojamento estudantil tem vindo a crescer devido ao aumento do nº de estudantes, que são atraídos pelo baixo custo de vida, excelentes níveis de segurança, muito tempo dedicado ao estudo, mas com uma rotina e qualidade e reconhecimento do papel deste na formação dos jovens. A RE funciona como instrumento de formação, pois ajuda-o a desenvolver rotinas de estudo com vistas

a torná-lo num estudante bem-sucedido, com bom rendimento académico, e num cidadão consciente das suas responsabilidades sociais.

3. Conceito e enquadramento legislativo

O programa Residências de Estudantes está direcionado para os estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconómica, tornando-o necessário e fundamental, pois, sem este apoio é extremamente complicado dar continuidade aos seus estudos. Estes funcionam como um elemento de construção do saber, que é um processo que não se esgota, uma vez que trabalha com jovens aptos a aprender, pessoas em constante mudança, proporcionando condições de estudos e bem-estar e facilitar a integração dos estudantes na vida académica com vista ao sucesso escolar. As RE pertencem ao Estado de Cabo Verde, em cooperação com a *Lux Development* (Governo Luxemburguês). São organismos públicos, em sua coordenação geral sob a responsabilidade da Direção nomeada pelo Ministério de Educação.

A necessidade da criação de estruturas para residências de estudantes está fortemente ligada ao fenómeno de desenvolvimento do ensino secundário e superior no país. O ensino secundário só a partir dos anos 90 é que se tornou relevante, tanto pela multiplicidade da oferta do alargamento de ensino secundário e técnico, como pelo crescimento exponencial no número de alunos em todo país. O nível de escolaridade aumentou, e houve um acréscimo no número de alunos com apetência e necessidade de completar os níveis de escolaridades máximas, com objetivo maior de ingressar no ensino superior. Este alargamento trouxe alguns problemas como o jovem passa a percorrer longas distâncias até à escola, sobrelotação dos transportes, abandono escolar, porque para as famílias sem recursos os filhos deixaram de estudar etc.

As RE estão inseridas nos programas de apoio da FICASE, configurando-se num conjunto de princípios e diretrizes que orientam o desenvolvimento de ações capazes de democratizar o acesso e a permanência dos estudantes na educação. Têm como objetivos: (a) minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais e favorecer a permanência dos estudantes na instituição, até a conclusão da respetiva formação secundária, técnica ou ensino superior; (b) diminuir a evasão e o desempenho académico insatisfatório por razões socioeconómicas; (c) assegurar a igualdade de oportunidades e diminuição das assimetrias regionais, contribuindo para a inclusão de todos na educação; (d) contribuir para a inclusão social pela educação através das atividades culturais e desportivas como complemento de suas atividades da Residência.

Parafrazeando Paulo Freire, “não há saber mais ou saber menos: há saberes diferentes” sobre a possibilidade de dialogar com o outro na busca pelo respeito aos diferentes saberes e sobre a possibilidade de conscientização de todos de que é necessário reconhecer e respeitar os saberes dos outros e tomá-los como ponto de partida no processo de ensino e de aprendizagem.

4. Como funciona uma Residência de Estudantes

A nível interno cada residência tem as suas regras específicas (o regulamento interno), que são acordadas através de um contrato composto por cláusulas onde o estudante e o encarregado de educação se comprometem, mediante assinatura do contrato, a cumprirem globalmente todos os deveres e obrigações decorrentes do mesmo e a residência é impelida a assegurar condições adequadas de alojamento, refeições, estudo, formação cívica e cultural com respeito aos princípios e disposições legais aplicáveis.

Essas regras permitem melhorar a convivência, boa gestão de recursos e evitar atritos guiando sempre pelo regulamento interno que é adaptado a sua própria realidade. Segundo o Decreto-Lei nº 41/96 de 21 de outubro, art.º 7º, n.º3, alínea d), art.º 9º, n.º 2, al. b), e art.º 20º, elaborou-se e aprovou-se o Regulamento Interno cujo objetivo é reger o funcionamento da Residência Estudantil proporcionando aos estudantes orientações pedagógicas, com o sentido de uma liberdade aliada as exigências da vida em comunidade e da responsabilidade para com a coletividade combinando o estudo com a participação na vida da Residência, contribuindo para a sua formação social, moral, cívica e cultural (trecho do relatório da REPN 2019/2020).

As Residências de Estudantes são alojamentos coletivos criados com um fim de ajudar na melhoria da educação e são resultantes da reforma do ensino em Cabo Verde, com características próprias, e a forma de organização definiu-se o empreendimento como a construção que alberga os quartos masculinos e femininos, salas de estudos, biblioteca, sala de informática, refeitório, casas de banho, horta, espaço para desporto, gabinetes da Direção, garagem, lavandaria, entre outros.

5. Gestão de uma Residência de Estudantes

As RE na sua gestão dispõem de quatro órgãos, nomeadamente, a Direção, o Conselho Geral, a Assembleia da Residência e o Conselho de disciplina, cada uma desempenhando as suas funções para um melhor funcionamento da Instituição.

Direção da Residência: é exercida em regime de requisição, sendo considerada de natureza pedagógica, é responsável pela gestão da Residência do ponto de vista pedagógico quer do ponto de vista administrativo.

Conselho Geral: tem um papel muito importante na fiscalização da aplicação das verbas orçamentadas, bem como a aprovar a direção, o orçamento e as contas de gerência.

A Assembleia da Residência: órgão consultivo constituída pelos residentes, pelo diretor, pelos monitores e por um representante do pessoal.

O Conselho de Disciplina: reúne para tomar as decisões relativos ao comportamento dos internos que contrariem as regras e normas, não cumprindo com o acordado. Em alguns casos de extrema gravidade usa das prerrogativas do regulamento interno aplicando as medidas sancionatórias de anulação do contrato ou expulsão temporária.

Quanto ao nível da gestão financeira, a Residência de Estudantes “respeita aos princípios gerais estabelecidos na lei da administração do organismo dotado de uma autonomia administrativa”, segundo o Decreto-lei nº 41/96. Recebem verbas que lhes são atribuídas pelo orçamento do Estado, e através das mensalidades dos internos ou, ainda, através das contribuições dos padrinhos ou de utilização de instalação de Residências por terceiros. A Residência de Estudantes foi concebida como um instrumento autossustentável, mas é muito dependente devido às dificuldades financeiras que costumam passar e muitas vezes da má gestão. O acompanhamento trimestral através dos balancetes e relatório anual leva a um melhor controlo e boa gestão. Esta é caracterizada pelo desafio ímpar dos seus gestores no sentido de aprimorar, ampliar e manter os serviços de qualidade, e esta modifica consoante a equipa de gestão.

Existe uma certa ideia de hierarquização que advém da Direção e dos monitores que fazem o controlo e gestão direta, diariamente. Desta forma, acontece uma verdadeira vida comunitária, num verdadeiro espaço de coletivo e de vivência em comunidade.

6. Segurança das Residências de Estudantes

A questão da manutenção da ordem e segurança dentro desta instituição é de grande responsabilidade para com os seus residentes. A segurança começa desde a entrada verificando e controlando e isso se transmite através de entradas e saídas dos residentes, nas permissões de saídas, do deitar e levantar, na definição de horas de silêncio, e no cumprimento das regras internas e não interfiram nos hábitos de utilização dos espaços comuns do empreendimento.

7. Vertente académica, social e cultural

As RE destacam-se dos outros alojamentos pelo seu papel pedagógico, mas também por ensinar um "saber viver", "saber fazer" e "saber dizer", utilizando a sua vertente cultural, recreativa e social ao estudante, através dos convívios, participação nas atividades, bem como nos debates para despertar a reflexão sobre temas mais complexos, tal como descrito no art.º 7.º, alínea F “Incentivar iniciativas de caráter cultural, recreativo e social de estudante”, existindo, assim, uma necessidade de estimular o jovem a nível intelectual, mas também a nível físico para que tenha um desenvolvimento completo enquanto ser humano. Essas vertentes desenvolvem a capacidade criadora do estudante, por meio de atividades físicas, de expressão dramática e cultural, respeitando sempre a consciência crítica do residente. O respeito aos estudantes, à sua dignidade e à sua identidade, está estreitamente associado ao reconhecimento da importância dos conhecimentos de experiência de vida.

8. Residências de Estudantes: A importância da sua existência

As RE são bastante relevantes para a educação em Cabo Verde, visto promover a integração de estudantes, criando situações de intercâmbios em que se faz sobressair as diversas culturas e a vida em comunidade. Estas surgiram da falta de segurança no transporte escolar público ou por custos elevados do transporte para as famílias; em outros, pelas distantes localizações em que as escolas se encontram, mas, não têm somente como objetivo de alojar as estudantes tendo, também uma política de formação pessoal e social, que é considerada imprescindível na formação dos jovens. O impacto social acontece quando a residência abre as suas portas e recebe estudantes dos setores mais desfavorecidos da população e assume a responsabilidade para com estes na sua formação. O art.º 2 do decreto-lei n.º 41/96 refere mesmo que “as Residências devem obedecer a adequados requisitos materiais e proporcionar ou permitir boas condições de estudo e de formação moral e cultural, com respeito dos princípios e disposições legais aplicáveis”.

O programa Residências de Estudantes é uma política pública voltada aos estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, a qual realça a importância da permanência e a graduação desses estudantes no ensino superior, o que torna a educação como algo possível de se atingir, uma vez que se esta a quebrar com as barreiras da desigualdade.

9. Condições de admissão

Para o estudante que deseja alcançar os programas oferecidos pelo serviço de ação social, além de estar regularmente matriculado na formação presencial, vão participar de um processo de avaliação socioeconômica e ser classificado como vulnerável socioeconômico por profissionais do serviço social da escola de acordo com os documentos apresentados, deve-se ter bom aproveitamento escolar e fazer parte da cota atribuída ao conselho de proveniência.

O principal critério para essa classificação é que a renda familiar *per capita* não seja superior a um salário mínimo, ser órfão ou ter deficiências.

10. Os pontos fortes e os pontos fracos das residências de estudantes

A residência estudantil é um espaço de prática da coletividade e de integração com o meio envolvente, que acontece através das relações que são criadas entre a comunidade acadêmica nos pontos fortes e fracos.

Os pontos fortes são os seguintes: aprender a ter responsabilidade com as suas obrigações e aprender a gerir o tempo; a convivência coletiva cria laços de amizade e passa a fazer parte de uma nova família; as RE são tipicamente muito próximas da maioria dos estabelecimentos de ensino, contém bibliotecas, espaços de convívios entre outros; lugar que oferece segurança e conforto para os estudantes; a maioria dos estudantes tem apoio na bolsa das RE; experiência única de estar longe de casa; melhoria no desempenho académico.

Os pontos fracos são os seguintes: preço é considerado bastante elevado tendo em conta a nível de pobreza do país; partilhar o quarto com uma pessoa desconhecida; os hábitos e costumes de outras pessoas são diferentes e temos que nos adaptar à nova realidade e conviver com a diferença; conflitos entre internos; falta de privacidade; perda de objetos pessoais.

CAPÍTULO 3

A importância sentida pelos residentes e diretoras sobre o impacto das residências de estudantes na educação de Cabo Verde

O presente relatório enquadra-se no processo de auscultação e recolha de opiniões e sugestões da Direção das RE e dos residentes que usufruíram dos serviços de alojamento no ano letivo 2020-2021, e tem como finalidade apresentar uma breve caracterização deste grupo de residentes, bem como a avaliação dos mesmos face aos serviços prestados pela instituição no referido ano letivo. “Fazer pesquisa é de grande relevância para a aprendizagem do estudante, bem como para o desenvolvimento dos indivíduos e organizações. É notável a implicância de seus resultados no curso destes, dos grupos e até mesmo da sociedade” (Felcher, 2017).

3.1. Técnicas de Recolha de Dados

De acordo com Gerhardt (2009), “[a] pesquisa é um processo permanentemente inacabado”. Segundo o autor, a pesquisa é uma busca constante de informações que podem mudar a qualquer momento, é uma busca interminável na procura de informações de um grupo sobre um determinado tema.

No processo de recolha de dados, o estudo de caso recorre-se a várias abordagens como a técnica de investigação qualitativa. Quanto à natureza baseou-se na pesquisa aplicada. Quanto ao objetivo, este é de carácter exploratório e a nível de procedimentos é uma pesquisa etnometodológica, debruçando-se, muitas vezes, na análise documental e questionário.

Os instrumentos para a recolha de dados nesta pesquisa foram utilizados conforme a etapa da investigação ou o objetivo da recolha de dados específica. Na análise documental, recorreremos à leitura de relatórios, dados estatísticos, notícias nos jornais, revistas, informações de internet, esta técnica de recolha de dados é conhecida como a triangulação, o nome designado quando o trabalho envolve mais de uma técnica de recolha de dados. Na leitura de relatórios (dados de relatórios internos dos alunos, relatórios de funcionamento da instituição, entre outros), os dados indicam como funciona a instituição, qual a melhor gestão e como funciona a nível interno.

Os questionários são instrumentos de recolha de dados que são preenchidos pelos inquiridos e o formulário é o nome geralmente usado para designar um conjunto de questões que são colocadas e anotadas por um entrevistador, enviados para que possam ser respondidos pelo entrevistado (ficha de dados). Este instrumento foi utilizado para recolher a opinião e dados dos estudantes que compõem

a nossa amostra, é anónimo, e implementado de forma que tenha eficácia para a finalidade a que se destina.

A recolha de dados foi implementada um guião de questionário aos residentes com perguntas semiestruturadas para avaliar o nível de satisfação na RE e o desempenho dos estudantes que aí residem. As questões abertas em forma de perguntas permitem a obtenção de respostas mais aprofundadas, bem como questões fechadas.

Quanto à observação, foi feito com antecedência uma vez que trabalho diretamente com as RE e fazia constantes deslocações e tinha encontro com o corpo diretivo, os alunos e restantes funcionários para inteirar da administração, funcionamento e organização de cada uma das residências. Presentemente, estando em Portugal, a estudar, e com impedimento devido à pandemia de covid-19, não tinha forma de deslocar para Cabo Verde devido cessação dos voos feitos entre estes dois países, ao elevado preço das viagens e da não circulação nas ruas, indiquei uma pessoa para me ajudar com a entrega do questionário dentro das próprias RE. Os mesmos foram enviados em junho e as primeiras respostas dos questionários coletados entre julho e novembro de 2021.

Na pesquisa bibliográfica, recorreremos ao uso da biografia material (livros nas bibliotecas, pesquisa no espaço virtual), assim como suporte online de trabalhos, teses, relatórios e outras pesquisas para complementar melhor possível o trabalho.

3.2. Amostra

A fim de apreciar o valor das residências estudantis, diversas variáveis podem ser utilizadas, como condições de estudos, as reprovações e o desempenho académico. Para este estudo, a variável utilizada foi o desempenho académico, por ser capaz de mensurar a produtividade do estudante ao longo da sua formação de acordo com a disponibilidade dos dados recolhidos. Assim sendo, é importante conhecer a opinião dos internos e a influência da RE no desempenho académico, como forma de contrapor a produtividade do estudante ao longo da formação. Seguindo o estatuto das RE é voltado aos estudantes em vulnerabilidades económica, que vão beneficiar das instalações vão ter melhores condições materiais (bibliotecas, acesso rápidos aos livros e uso de computadores e meios digitais) acompanhamento e explicação de professores qualificados e estar perto da escola vai influenciar na relevância que este tem na vida dos estudantes. Esta amostra foi colhida de estudantes do ensino secundário e do ensino superior que estão integrados nas RE.

A avaliação do impacto da RE no desempenho académico é notório, pois os efeitos no rendimento académico são expressos através das notas, e melhoria de resultados escolares e no comportamento.

Para tanto, o estudante que deseja ter as melhores condições para que haja qualificação nos seus desempenhos através uso da biblioteca e meios digitais, com professores mais capacitados e o comprometimento do aluno nos estudos e alcançar boas notas. Os estudantes que participaram na pesquisa fizeram uma avaliação pré e pós avaliação nas RE, perante as condições existentes e mostraram que houve melhoria e comprometimento acadêmico. A participação de estudantes de ambos os sexos servem para minimizar os efeitos das desigualdades, criando condições de equidade entre meninas e rapazes.

Quadro 5. Quadro dos Anos Letivos 2015-2021.

Dados de Residentes anos letivos 2015 a 2020						
RESIDENCIAS ESTUDANTIS	2015/16	2016/17	2017/18	2018/19	2019/20	2020/21
Madre Teresa de Calcutá	58	58	60	61	54	47
Leonel Madeira	56	46	56	56	51	47
Porto Novo	82	86	S/D	99	76	88
Ribeira Grande	63	67	63	38	37	42
Santa Catarina	61	61	63	77	77	83
TOTAL	320	318	242	331	295	307

*S/D: sem dados

Fonte: Dados FICASE.

O questionário foi remetido para todos os estudantes das RE que tencionassem participar no estudo, preenchendo o questionário para uma apreciação mais verdadeira e coerente. Assim, dos 307 alunos residentes desse ano letivo, apenas 73 devolveram os seus questionários preenchidos, à exceção da REMTC, que devido a problemas técnicos não conseguiu enviar o questionário, correspondendo, neste caso, a uma taxa de resposta de 23,5%. Os residentes são jovens com a idade compreendida entre os 13 e 25 anos, são de diferentes concelhos e ilhas do país que têm como objetivo a continuação do ensino secundário e superior e um futuro diferente e melhor relativamente aos pais, que na sua maioria não tiveram a oportunidade de continuar os estudos.

3.3. Metodologia do Estudo

A escolha dos métodos e técnicas constitui uma etapa relevante do processo de investigação/estudo, aquela em que concretizamos, criando uma estratégia para responder à questão que desejamos esclarecer.

Segundo Gerhardt (2009) na sua definição de metodologia de estudos “Etimologicamente, significa o estudo dos caminhos, dos instrumentos utilizados para fazer uma pesquisa científica”. Descrever os métodos e as técnicas utilizadas nesta investigação, sustentado no estudo descritivo transversal e de abordagem qualitativa. Isso é mostrar a necessidade de recolha de dados observáveis e quantificáveis e a nível qualitativo mostra a complementaridade do estudo, sendo que a pesquisa qualitativa atribui importância fundamental aos depoimentos dos atores sociais envolvidos, aos discursos e aos significados transmitidos por eles. (Augusto 2007-2011 apud Vieira e Zouain 2005)

Com este estudo pretende-se conhecer a opinião dos internos acerca da repercussão e o papel da RE na vida dos residentes tendo em conta o seu desempenho escolar, vivências e interações na RE. Trata-se de um estudo de carácter descritivo e exploratório, com uma abordagem quantitativa e qualitativa, desenvolvido com os residentes de ambos os sexos das cinco residências de estudantes. Os dados foram coletados através de questionário semiestruturado aplicado a 73 internos do universo dos residentes (23,5%) e de entrevistas enviadas para os cinco diretores das residências estudantis, mas que só foram respondidas por 2 diretoras.

O objeto de estudo adequa-se aos alunos internos, oriundos de lugares distantes dos estabelecimentos de ensino secundário e superior para integrarem as RE com o objetivo de desenvolvimento académico minimizando situações de abandono. Neste sentido, queremos ver qual a relevância que as RE têm na Educação em Cabo Verde, operando como separadora das águas no desenvolvimento da educação.

Apresentação e análise dos resultados:

A percepção dos Estudantes sobre as Residências de Cabo Verde:

O estudo foi desenvolvido e fundamentado nas cinco Residências: REMTC, RELM, RESC, REPN e REGDL, de forma a avaliar a importância das Residências na vida dos estudantes. A amostra é intencional e funciona em forma de diagnóstico com o intuito de averiguar a competência e desenvolvimento dos estudantes nas Residências de Estudantes.

O questionário foi enviado às Direções das Residências de Estudantes, e foi destacado o ponto focal deste trabalho que esclareceu aos monitores que ajudaram no esclarecimento aos alunos, de forma a responderem com clareza, sendo mais verdadeiros possíveis. A totalidade dos questionários foi aplicada com a presença dos monitores que iam explicando a importância deste questionário.

O questionário contém 22 questões, a maioria de múltipla escolha, havendo uma questão aberta. Foi estruturado em três seções: (i) informações gerais sobre o inquirido, nomeadamente, idade, sexo, habilitações académicas (Ensino Secundário ou Ensino Superior), ano de escolaridade e concelho de origem; (ii) Descrição da Residência de Estudantes e sua avaliação: situação familiar, condições de estudo em casa, motivo da escolha da Residência de Estudantes, avaliação da vida na Residência de Estudantes, avaliação de desempenho depois de integrar as Residências de Estudantes; (iii) questões específicas sobre a Ação Social da FICASE e percepção dos residentes sobre a instituição e os seus programas de apoio e apurar se adquiriu apoio da instituição.

Foi enviado para as RE, para que um maior número de estudantes pudesse responder, mas devido a problemas de comunicação, só foram obtidas 73 respostas entre os meses de junho e novembro de 2021. A RMTC só teve uma pessoa a responder o questionário. Foi utilizada também no questionário a escala de Likert de 5 pontos, correspondente ao nível de satisfação dos residentes, sendo o nível 1 totalmente insatisfeito, 2 pouco satisfeito, 3 satisfeito, 4 muito satisfeito e 5 totalmente satisfeito, como forma de avaliar o nível de satisfação dos estudantes na Residência.

1. Caracterização pessoal dos participantes

De acordo com o Quadro 6, verificamos que 81% dos estudantes que responderam ao questionário (33 meninas e 40 rapazes) eram estudantes do ensino secundário e 19% dos questionados (5 mulheres e 8 homens) eram estudantes do ensino superior. Assim, constata-se que no grupo de alunos que

responderam ao questionário, 60% são do sexo masculino e 40% são do sexo feminino, com as idades compreendidas entre os 13 e os 25 anos, sendo a média de idades 16 anos e Desvio Padrão é 2.30.

Quadro 6. Estudantes inquiridos.

Categoria	Total		Mulheres		Homens	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Estudante do Ensino Superior	13	19%	5	15%	8	20%
Estudante do Ensino Secundário	60	81%	28	85%	32	80%
Total	73	100%	33	100%	40	100%

Fonte: Própria Autora 2021.

Em relação ao género, há uma maior presença de rapazes (53%) em relação as meninas (47%), seguindo assim a tendência verificada a nível do ensino secundário e da própria estrutura da população cabo-verdiana, onde o percentual de rapazes é ligeiramente superior ao das raparigas. Segundo os dados do censo 2021 do total de 498.063 residentes, a população feminina era de 247.801 o que representava 49,7%, enquanto a população masculina era de 250.262 (50.3%).

Quadro 7. Situação Familiar.

1. Pais desempregados – 16%	5. Família numerosa – 11%
2. Órfãos – 8%	6. Vendedor ambulante – 8%
3. Pais funcionários – 42%	7. Doença na família – 1%
4. Pais agricultores – 11%	8. Deficiente – 1%

Referente à situação familiar do aluno podemos reparar que 43% declara que os pais são funcionários, mas podemos considerar apenas um deles trabalha e ganha salário mínimo o que não cobre a totalidade das despesas familiares. 15% declaram que os pais estão desempregados e com 11% os pais são agricultores ou eles advêm de uma família numerosa. 8% dos pais são vendedores ambulantes, não têm uma fonte segura de rendimentos e 1% são deficientes ou doença na família.

Quadro 8. Condições de estudo em casa.

Totalmente insatisfeito – 8%	Muito satisfeito – 17%
Pouco satisfeito – 13%	Totalmente satisfeito – 22%
Satisfeito – 40%	

Em relação as condições de estudo em casa, houve muita interpretação errónea dos alunos e isso recessoou nas respostas. 40% mostram qua está satisfeita com as condições do estudo em casa, mas podemos ver que devido as poucas condições de estudo em casa é que foram as RE. 17% consideram muito satisfeito e 22% está totalmente satisfeito. Podemos ver que 13% está pouco satisfeito com as condições de estudo em casa e 8% está totalmente insatisfeito.

Quadro 9. Motivos que influenciaram a escolha da Residência de Estudante.

1. Ser económico /barato– 8%	5. Bom ambiente de estudo - 50%
2. Apoio do SASE (FICASE) - 4%	6. Escola fica longe de casa - 25%
3. Formação pessoal e social - 7%	7. Outro - 3%
4. Convivência/Amizade - 3%	

As condições que levam a escolha das RE pesam essencialmente porque 50% dos estudantes consideram a Residência com bom ambiente de estudo, 23% considera que escola fica longe de casa, 8% por ser mais barato/económico, 7% considera importante a formação pessoal e social, 4% teve apoio da FICASE e 3% considera que o que ajudou na escolha da RE é a convivência e amizade.

A avaliação feita 59% dos internos demonstram satisfação em fazerem parte da instituição, 14% consideram-se muito satisfeito e 5% totalmente satisfeito em contrapartida 14% está pouco satisfeito e apenas 8% está totalmente insatisfeito. “Tive melhoria de notas depois que entrei na residência e nunca mais reprovei, pois estou aqui desde que entrei no ensino secundário e agora estou a ensino superior”. Isso aponta o bom trabalho de equipe e boas condições criadas para que tenha bom desempenho.

A apreciação dos estudantes depois de frequentar as RE mostra que 47% estão satisfeitos, 21% estão muito satisfeitos, 12% totalmente satisfeito, mas por outro lado, 14% estão pouco satisfeito e 7% totalmente insatisfeito. Pode-se constatar que a grande maioria está satisfeita com o seu desempenho depois de frequentar a RE, e isso é mostrado nas respostas “Nas RE o meu desempenho melhorou bastante, porque tenho acompanhamento atempado, tenho mais tempo para ler e fazer os exercícios e também porque me sinto mais motivado, pois ao ver os meus colegas a fazerem os seus trabalhos, eu também tenho de os fazer”.

Quadro 10. A Residência de Estudante é um fator de sucesso. Porquê?

1. Boa orientação de estudos e orientação da rotina- 7%	5 Tem as melhores condições de Estudo – 10%
2. Tudo na hora – 3%	6 Está tudo organizado e controlado – 8%
3. Mais tempo para estudar – 27%	7. Ajuda no estudo e comportamento – 3%
4. Fica perto da Escola – 32%	8. Não depende totalmente da RE -3%
	9. Oferece um ensino de qualidade – 7%

Conforme o Quadro 10, 32% considera que estar perto da Escola porque já não fazem longos percursos de casa escola, 27% considera ter mais tempo para estudar, 10% considera ter melhores condições de estudo, 8% considera tudo organizado e controlado, 7% oferece um ensino de qualidade e 3% considera que estar na RE ajuda no comportamento e outros 3% considera que não depende totalmente da Residência, isto é, que depende da força de vontade. Um estudante entrevistado disse-nos que “na RE tenho uma rotina de estudos e acompanhamento e isso permite-me ter melhores rendimentos. Localizar-me mais perto da escola facilita a que eu não perca muito tempo no percurso casa-escola e tenha melhores notas”.

Quadro 11. Atividades/Ações que incentivam o sucesso do aluno na RE.

1. Estudo Acompanhado – 25%	4. Professores/monitores mais bem capacitados – 15%
2. Uso da Biblioteca da RE – 34%	5. Formação moral e cultural – 4%
3. Uso do computador e meios digitais -19%	6. Outro – 3%

As ações que levam ao sucesso do aluno mostra que estar integrado num ambiente facilitador e com regras incentiva-o ao sucesso. Constata-se que 34% usa a biblioteca, 25% valoriza o estudo acompanhado, 19% faz uso do computador e meios digitais, 15% é de opinião que os monitores e professores estão com melhor formações/capacitação e 4% valoriza a formação moral e cultural e 3% usa outras formas para o sucesso. Estas ações são avaliadas como facilitador de sucesso escolar.

2. Ação Social da FICASE

A Ação Social dentro das escolas para facilitar o contato direto da escola com o aluno, existe muita informação acerca do mesmo, mas o desapego na busca da informação é muito grande. Na questão relativa ao serviço de ação social da FICASE, 74% dos estudantes que responderam ao questionário não conhecem o serviço e a instituição que o representa. Somente 26% conhecem o serviço.

Quanto ao facto de o aluno ter ou não apoio da FICASE, 54% não receberam apoio do SASE com enquanto por motivos de não candidatura atempada ou não terem informações se podiam ou não recorrer a este serviço. 33% dos estudantes conseguiram apoio. 13% não responderam à pergunta.

22% dos estudantes obtiveram apoio através da informação da escola (Gabinete de Ação Social), 19% foi por intermédio de amigos e familiares ou através das pesquisas/informações na internet, ambos com (19%), enquanto 40% não sabe ou não respondeu a esta questão. Devido a falta de conhecimento desta estrutura de ação social escolar como instituição de apoio social escolar.

Em relação aos apoios de Ação Social, dos alunos que recebem o apoio da FICASE apenas 26% recebem a totalidade da bolsa para os que apresentam dificuldades económicas, 34% recebe apoio parcial são os que uma parte é colaborada pela família ou terceiros e 40% não respondeu à pergunta.

Concernente a apoios de terceiro, 48% considera que já obteve apoio de familiares e amigos, de empresas (14%), de padrinhos (12%), da Câmara Municipal (3%) e 23% não tem nenhum tipo de apoio e as despesas são assumidas pelos pais ou então ficam suspensas da frequência das residências. Este apoio de terceiros surge como forma de ajustar os pagamentos das mensalidades uma vez que têm alunos que não conseguem a bolsa completa e com estes apoios vão conseguindo saldar as dívidas.

3. Percepção dos elementos da Direção das Residências de Estudantes

Foi implementado o questionário à Direção das RE, a fim de avaliar as condições do ponto de vista dos diretores que consideram a centralidade da assistência estudantil como estratégia de combate às desigualdades sociais e regionais, bem como a sua importância para ampliar e democratizar o acesso e a permanência dos jovens no ensino secundário e superior. As Duas Diretoras que participaram são RELM é a entrevistada 1 (E1) e REPN é a entrevistada 2 (E2).

Ante a pergunta sobre a criação de oportunidades e atividades por parte das RE para incentivar o sucesso escolar do interno, as Diretoras responderam:

“Sala de estudo, sala de trabalho de grupo, e biblioteca equipada com computadores e internet ilimitado para pesquisas escolares; Criação do sistema de “Apadrinhamento de estudantes” (E1), em que cada supervisor/professor apadrinha um grupo de estudantes, de acordo com a formação de cada um, fazendo o acompanhamento pedagógico durante o ano letivo, motivando-os; Refeições bem confeccionadas e sempre à hora”.

“Apoio pedagógico, atividades recreativas e culturais, intercâmbios, workshops, atividades ao ar livre. Comemoração de datas importantes” (E2).

No meu ponto de vista, cada RE cria todas as condições para que o ambiente seja o mais favorável possível. Fazem avaliação semestral personalizada para que este saiba a situação que encontra e o que pode fazer para melhorar. Cada residente tem um tutor responsável pelo acompanhamento do mesmo tanto na escola como na própria RE e assim vai moldando novos hábitos de estudos e de estar na vida. Este tem obrigação de participar em todas as atividades, as curriculares, as culturais e recreativa para o seu bem-estar e desenvolvimento saudável.

Quando questionámos que estratégias a Direção desenvolvia para ser uma residência estudantil de referência, a entrevistada (E2) defendeu o seguinte:

É uma instituição moderna, simpática e de estadia agradável, oferecemos garantia e tranquilidade aos pais e familiares; um ambiente interno sadio, harmonioso e organizado com uma equipa altamente engajada, coesa e muito dedicada. Proporcionamos aos estudantes adequadas condições de estudo, formação moral e cultural, em igualdade de oportunidades e em respeito aos princípios e disposições legais aplicáveis e assim promovemos, nos adolescentes e jovens, valores e atitudes cidadãos indispensáveis e que preservem a coexistência responsável, harmoniosa e solidária.

A meu ver, é necessário realçar a residência de estudantes como ato de intervenção no sector da educação e no processo de desenvolvimento do país. Ao defendermos a educação como sector chave, um recurso crucial e insubstituível na promoção e desenvolvimento das capacidades pessoais e sociais, defendendo a autonomia, de acordo com as oportunidades.

Quanto à pergunta “Em que medida é que as RE influenciam a diminuição das desigualdades na educação e impulsiona ao desenvolvimento da educação em Cabo Verde?”, as RE são consideradas iniciativas governamentais importantes, pelo que favorece as classes mais desfavorecidas do país, de forma a garantir adequadas condições de formação do estudante e o direito à educação. Para muitos estudantes a possibilidade de continuar os estudos é complicado, fazer longos percursos entre a casa e a escola, não ter uma alimentação adequada, perigos de acidentes por causas de transportes sobrelotados faz com que os sonhos voltem a florir uma vez que nas RE tem todas as condições de estudo, segurança e acompanhamento escolar.

No que concerne à importância das RE no desempenho escolar dos alunos em situação de vulnerabilidade, a residência estudantil foi pensada para atender e abrigar estudantes socioeconomicamente vulneráveis que estejam no Ensino Secundário. Para muitos, a residência é a materialização do sonho de estudar e complementar o secundário e avançar para o ensino superior. O esforço e a dedicação para a conquista de um espaço onde possa se capacitar a nível académico marcam decisivamente a sua vida, tornando assim, numa oportunidade de crescimento individual. É um lugar que promove a dignidade dos estudantes mais vulneráveis, criando condições de permanência no ensino secundário até a universidade. É considerada uma das formas de políticas de diminuição da evasão escolar, garantindo condições para que estes desempenhem suas atividades académicas com qualidade e diminuindo os índices de evasão no secundário e no ensino superior.

O predomínio de mudanças positivas nos estudantes identificado nesta investigação está em conformidade com objetivos pretendidos pelo serviço de ação social escolar e pelo Governo. O ingresso dos alunos as RE estão sujeitas a limitações quantitativas, decorrentes do número de vagas fixado anualmente, isto é, o aumento de nº de alunos que querem frequentar as RE é bem maior que as vagas existentes o que faz com que muitos não tenham a possibilidade de estudar.

3.1. Dificuldades da tese

Qualquer projeto de investigação que se pretenda realizar enfrenta dificuldades a superar. No nosso caso, uma das primeiras dificuldades foi apresentada pela pandemia de covid-19, que nos impediu de deslocarmo-nos até Cabo Verde para presencialmente recolher dados. A covid-19 levou ao

encerramento de aeroportos e à limitação da circulação entre países, o que levou a uma subida repentina do preço dos bilhetes.

Não obstante, elaborámos e enviámos os questionários a todas as direções das RE para distribuírem aos estudantes, de forma a responderem atempadamente. Porém, por causa da pandemia, as escolas estavam constantemente a fechar devido ao contágio de funcionários e estudantes pelo novo coronavírus, o que atrasou as respostas ao questionário. Outra questão é que muitos estudantes não tinham e-mails para responderem ao questionário no Google forms e não tinham acesso a computadores em casa, pelo que providenciei formulário impresso para que conseguissem respondê-lo. Isso revela que as duas formas mostraram ser as melhores.

3.2. Dificuldades das residências de estudantes

Houve dificuldades a vários níveis, quanto à compilação e ao envio dos dados dos estudantes. Devido às outras prioridades, responderam ao questionário perto da data-limite, o que refletiu em perguntas sem respostas ou respostas confusas. No entanto, ao explicar a importância desse recurso de coleta de dados para o desenvolvimento da tese e para a própria RE, acabaram por entregar os dados no limite do prazo.

Os websites das RE estão desatualizados ou inativos, o que faz com que muitas das informações das RE não estejam corretas, gerando pouco interesse em visitá-los. Estes deviam estar numa plataforma de fácil acesso para que os pais sejam sempre atualizados com as informações e atividades das mesmas, bem como para os parceiros que acompanham os seus investimentos.

Houve alguns casos de má interpretação das questões, que, em muitos casos, ficaram sem resposta, perdendo uma boa forma de avaliação pelos estudantes. O não entendimento das perguntas fez com que parte do questionário ficasse em branco ou não obtivesse resposta. Consideramos que as respostas seriam outras, se fôssemos nós a aplicar o questionário, pois saberíamos valorizar cada pergunta. Quem aplicou os questionários não tinha tempo de explicar de forma personalizada a cada aluno.

Em 2020, o sistema informático de Cabo Verde sofreu um ciberataque, o que fez com que muitas instituições perdessem dados importantes. Como a FICASE e as RE estão interligadas também a nível informático, isso dificultou a aquisição de dados, perdendo, assim, informações muito importantes para a sua gestão e o seu funcionamento.

4. Conclusão

Cabo Verde é um país com diversidades sociais acentuadas, onde, através da educação, se busca combater essas desigualdades. Diante das peculiaridades geográficas do país, a criação de estruturas residenciais voltadas a estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconómica é fundamental não somente para colmatar as lacunas que dificultam a continuidade da trajetória escolar, como também para promover a integração desses indivíduos no progresso nacional, fortalecendo inclusivamente um sentimento de coletividade. Essas estruturas proporcionam a esses estudantes melhores condições de vida com vistas à formação académica.

A educação é crucial para o desenvolvimento do país, que tem apostado muito na formação dos seus recursos humanos. A busca de uma educação de qualidade é sensível, pelo que as famílias procuram continuamente os apoios para que os filhos se possam formar. As RE representam um grande passo para a democratização do ensino secundário e superior em Cabo Verde, anteriormente reservado a alguns privilegiados, aqueles que tinham as melhores condições financeiras. As RE proporcionam ambientes propícios a trocas de experiências, vivências e informações académicas, de modo a contribuir para a formação humana, intelectual, identitária e cidadã dos milhares de jovens cabo-verdianos que conseguiram uma vaga em uma das moradias estudantis mantidas pela administração pública. As RE são determinantes para estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconómica progredirem na sua trajetória escolar.

A disponibilização da moradia consiste no complemento da política de apoio no intuito de minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior, reduzir as taxas de retenção e evasão e contribuir para a promoção da inclusão social pela educação. Portanto, por configurar-se numa forma de acesso a políticas educativas, é imperativo acompanhar e avaliar a sua implementação e o seu impacto na sociedade a níveis local e nacional.

Entretanto, a procura pelas RE tem sido superior ao número reduzido de vagas de alojamento existentes. Os orçamentos anuais destinados às RE mostram-se limitantes. A nível de gestão financeira, as RE dependem predominantemente do governo, que disponibiliza uma pequena fatia do orçamento do Estado para o programa. Cabe às RE criar fórmulas para ultrapassar as dificuldades e obter o apoio da sociedade civil. Nessas circunstâncias, as RE realizam pequenos projetos de angariação de recursos financeiros, a saber, aluguer de salas para festas e palestras, feiras, projetos sociais e programas de apadrinhamento. Todos os eventos promovidos pelas RE servem para propagar o seu nome e justificar a sua presença ativa na vida local e nacional, de modo a não faltar apoios, quando os administradores o forem solicitar.

Anualmente, as direções da RE reúnem-se para fazer o balanço geral do ano, tendo como principal preocupação a situação financeira das unidades. Na ocasião, partilham-se informações sobre as atividades e os projetos realizados. Cada direção discorre sobre como geriu a sua unidade durante o ano e tem a oportunidade de conhecer os desafios enfrentados, as dificuldades superadas e os objetivos alcançados por cada uma das RE e cada uma aprender com as experiências alheias.

O desempenho académico mostrou-se um indicador importante para o acompanhamento e o monitoramento da política educativa. É uma variável relevante para a tomada de decisão, sobretudo para alcançar o objetivo de reduzir a evasão escolar e para o governo continuar a investir nas RE. O bom desempenho académico é incentivado e valorizado, porque as direções das RE empenham-se em proporcionar boas condições de estudo para os internos, contribuindo para que se formem e sejam considerados alunos de mérito.

A localização das RE é um aspeto importante e decisivo para o bom desempenho académico dos estudantes internos. Se ainda estivessem na casa dos pais, os estudantes fariam longos percursos em meio à insegurança pelo caminho, quase sem tempo de estudar, sem os materiais necessários para o seu bom aproveitamento escolar, muitas vezes com fome. As RE estão bem localizadas nos centros urbanos. Assim, os estudantes não se expõem à insegurança do trajeto feito da casa da família à escola e ainda poupam o tempo desse deslocamento, dedicando-se mais aos estudos.

O facto de estar na RE reúne todas as condições para alcançar o sucesso almejado. É tão impactante que esses jovens aproveitam as condições oferecidas nas RE para trabalharem e garantirem a sua permanência até à conclusão dos estudos, usufruindo da sua infraestrutura, dos equipamentos – biblioteca, computadores etc. – e do apoio dos professores. Não obstante, para alguns residentes, a adaptação é mais difícil e o seu desempenho é abaixo do esperado. A avaliação do aluno é contínua, sendo que a grande avaliação é realizada no final do ano e acaba por decidir a sua permanência na instituição. As dimensões sociais das RE são concretizadas em atividades como campanhas de limpeza, campanhas de solidariedade, concursos de vozes e outras atividades culturais. Essas atividades envolvem todos os estudantes a fim de educá-los no sentido da integração e da participação ativa na sociedade.

Mencionar a ação social escolar é crucial. Através desta, os estudantes logram aceder aos programas de apoio existentes e os estudantes conseguem prolongar os estudos. Anualmente, o Estado de Cabo Verde, através da FICASE, investe grandes valores não reembolsáveis, beneficiando estudantes no país e na diáspora. Esse investimento pode consistir num grande desafio para um país com bastantes problemas financeiros, conquanto o apoio a estudantes se tenha ampliado a cada ano através da colaboração de parceiros estrangeiros.

Com esta pesquisa, pretendemos: atender à enorme demanda de estudantes ante as poucas residências para continuarem os estudos; aumentar o orçamento dos Serviços de Ação Social Escolar

para abranger mais alunos que necessitam de apoios dos programas de ação social; contratar mais professores e monitores nas RE e promover a sua capacitação contínua; atrair mais parceiros para apoiar os programas de ação social escolar. Através do diagnóstico e dos objetivos que pretendemos alcançar, podemos resolver os problemas através das seguintes ações: abertura de novas residências nas outras ilhas como forma de acessibilidade da educação e também como forma de alojar mais estudantes; criação de estratégias para captação de novos parceiros, tais como organismos internacionais e empresas, mostrando-lhes a relevância do seu financiamento no desenvolvimento da educação cabo-verdiana; divulgação dos resultados obtidos, em concreto o número de estudantes formados e o contributo destes para o progresso do país; capacitação docente para o ensino à distância, novas e modernas formas de ensino para acompanhar.

Referências

- Anuário da Educação 2016/2017. Direção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão. Serviço de Estudos e Planeamento e Cooperação. Ministério da Educação. UNPFA. UNICEF.
- Anuário da Educação 2017/2018. Direção Geral do Planeamento, Orçamento e Gestão. Serviço de Estudos e Planeamento e Cooperação. Ministério da Educação. UNPFA. UNICEF.
- Anuário Estatístico 2019. Instituto Nacional de Estatística. Educação de qualidade. p. 59. www.ine.cv
- Augusto et al (2007-2011) Pesquisa Qualitativa: Rigor Metodológico no Tratamento da Teoria dos Custos de Transição em Artigos Apresentados no Congresso de Sober. RESR, Piracicaba-SP, Vol. 51, Nº 4, p. 745-764, Out/Dez 2013 – Impressa em Fevereiro de 2014
<https://doi.org/10.1590/S0103-20032013000400007>
- Brochura Cabo Verde Luxemburgo Cooperação ao desenvolvimento. Cooperação luxemburguesa 2011. Le Gouvernement du Grand- Duché de Luxembourg. Agência Luxemburguesa de Cooperação ao Desenvolvimento
- Cabo Verde no contexto do desenvolvimento sustentável, 2012. Relatório á conferencia Rio+20. Conferência das Nações Unidas sobre o desenvolvimento sustentável.
- Carta de Política Educativa de Cabo Verde para o período 2015-2025. United Nation Development Programme (UNDP).
- Delgado, P.S.G & Melo, M.M. R (2016). Reforma Educacional em Cabo Verde e a Internacionalização das Políticas Educacionais. Dossiê Perspetivas Contemporâneas sobre o mundo lusófono. DOI:10.5433/2176-6665. 2016. v21 n2 p26.
- Felcher, C. D. O et al (2017). Da pesquisa-ação á pesquisa-participante: discussão a partir de uma investigação desenvolvida no Facebook. Experiência em ensino de ciência. Vol. 12. Nº 7.
- Felcher, C. D. O et all (2017). Da pesquisa -ação á pesquisa participante: discussões a partir de uma investigação desenvolvida no Facebook. Experiências em Ensino em Ciências. Vol. 12. nº 7.
- Ferreira, L. E. (1997). Cabo Verde. Universidade Aberta. CEMRI. Litografia Amorim.
- Furtado, J.P.M (2008). A evolução da educação em Cabo Verde- antes e depois da independência. Trabalho para obtenção do grau de Bacharelato.
<http://portaldoconhecimento.gov.cv/bitstream/10961/2688/1/Mono%20Jo%C3%A3o.pdf>
- Gomes, C. et all. Universidade e a fundamental importância da moradia estudantil como inclusão social. 18 pág.

- Gunther, H. (2006) Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão? Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília. v. 22, n. 2, p. 202. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-37722006000200010>.
- Gerhardt, T.E. & Silveira, D.T (2009) Métodos de Pesquisa. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, p. 12.
- Retrato de Lisboa Educação. Infografia 04/2018. Observatório-lisboa.eapn.pt
- Lacerda, I. P., & Valentini, F. (2018). Impacto da moradia estudantil no desempenho acadêmico e na permanência na universidade. *Psicologia Escolar e Educacional*, 22(2), 413-423. <https://doi.org/10.1590/2175-35392018022524>.
- Machado, F. L. et all (2011). Estudantes à Entrada do Secundário – 2010/2011. Centro de Investigação e Estudos em Sociologia – Instituto Universitário de Lisboa (CIES).
- Neves, B. S. (2008). *O Seminário-Liceu de S. Nicolau: contributo para a história do ensino em Cabo Verde*. Porto: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto. https://www.africanos.eu/images/publicacoes/livros_electronicos/EB010.pdf.
- Nunes, L. C. (2015). *A escola e o desempenho dos alunos*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Osti, A., & Martinelli, S. C. (2014). Desempenho escolar: análise comparativa em função do sexo e percepção dos estudantes. *Educação e Pesquisa*, 40(1), 49-59. <https://doi.org/10.1590/S1517-97022013005000021>.
- Pina, V. D. L. (2009). Cabo Verde e a educação: ganhos e desafios. *Meta: Avaliação*, 1(3), 375-385. <https://revistas.cesgranrio.org.br/index.php/metaavaliacao/article/view/56/37>.
- PEDS - Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável 2017/2021. Governo de Cabo Verde
- Ramos, E (2017), Desenvolvimento e Acessibilidade do ensino superior em Cabo Verde. O papel da FICASE
- Rodrigues, C (2019). Reflexões em torno de investimentos na educação em Cabo Verde. *Revista Psicologia e Educação On-Line* 2019, Vol. 2, Nº 2, 33 – 39
- Seibert, G. (s/d). Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe: Ensino Superior e trajetórias em Portugal. https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/6019/1/Seibert_COOPEDU.pdf
- Unesco (1998). Declaração Mundial da Educação para Todos: satisfação das necessidades básicas da aprendizagem Jomtien, 1990.
- Unesp. (2017) Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho”. Manifesto: por que a Moradia Estudantil. Araraquara
- Wiese, R.S. et all (2017). Moradia Estudantil: Território da Coletividade. sessão temática 6: espaço, identidade e práticas socioculturais. XVII enanpur. São Paulo.

Vicente, N. M. R. B. (2017). A situação socioeconómica dos estudantes do ensino superior na ilha de Santiago – Cabo Verde. Dissertação de Mestrado. Universidade de Lisboa. Instituto de Educação.

Vieira, C. Vieira, I & Raposo, L. (S/D). Avaliação do impacte da distância entre a residência familiar e o estabelecimento de ensino no desempenho escolar dos alunos – o caso da Universidade de Évora. Universidade de Évora.

Legislação consultada

Constituição da República de Cabo Verde, 2ª revisão ordinária-2010, Art.78 nº 3 alínea A (Direito á educação) de 08 de outubro de 2010

Boletim Oficial nº 35 serie I Decreto- Legislativo nº 41/96 de 21 de Outubro de 1996, criação das Residências Estudantis de Cabo Verde

Boletim Oficial nº 18 serie I Decreto- legislativo nº 13 2018 LBSE

Decreto-Legislativo nº 2/2010, de 7 de Maio. Estabelece a Lei de Bases do Sistema Educativo Cabo-verdiano. Boletim Oficial de Cabo Verde nº 17 1ªserie de 7 de maio de 2010. artº4. alínea 5

Decreto-lei nº 139/83, de 31 de dezembro de 1983, Criação do Instituto Cabo-verdiano de Ação Social Escolar – ICASE

Lei de Base do Sistema Educativo. Lei nº 103/III/90 de 29 de dezembro

Fontes informáticas

<https://pt.scribd.com/doc/269565137/Movimento-Claridade-Em-Cabo-Verde> visitado março 2021

https://ficase.cv/?page=projeto&programa=residencias_studentis visitado março 2021

<https://ficase.cv/index.php> visitado março 2021

<https://www.facebook.com/profile.php?id=100057478209776> visitado maio 2021

<https://www.unidosparaosdireitoshumanos.com.pt/course/lesson/articles-26-30/read-article-26.html> visitado em março 2021

https://www.unicef.pt/media/2766/unicef_convenc-a-o_dos_direitos_da_crianca.pdf visitado em março 2021